

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012

**GT 5 – Política e Economia da Informação**

ESTADO INFORMACIONAL: UMA INTRODUÇÃO ÀS ABORDAGENS DE PIERRE BOURDIEU E

SANDRA BRAMAN

Comunicação Oral

Jaqueline Santos Barradas - IBICT/UFRJ

jaquebarradas@gmail.com



## **Estado informacional: uma introdução às abordagens de Pierre Bourdieu e Sandra Braman**

**Resumo:** O presente artigo discute as questões relativas ao Estado Informacional, abordado no capítulo 4 do livro de Pierre Bourdieu, denominado “*Espíritos do Estado*”, e no livro “*Change of State*” de Sandra Braman. O trabalho compara o ideário dos dois autores por meio da transcrição direta ou indireta com vistas à manutenção do pensamento original dos autores. O artigo almeja chamar a atenção para o tema, traçando um diálogo com os referidos autores, destacando e comentando pontos semelhantes, divergentes e complementares nas abordagens daqueles autores, tendo como cenário a Ciência da Informação. A abordagem de Bourdieu expõe os conceitos de campo e capital; a de Braman destaca o conceito de informação, das formas e fases do poder, e das formas de Estado. A autora do artigo afirma que não é fácil a tarefa de analisar em algumas páginas a obra de pensadores como Pierre Bourdieu e Sandra Braman, que se dedicaram profundamente a estudar o Estado em suas múltiplas características e singularidades. Embora tenham sido contemporâneos, os autores contextualizam seus estudos em estados e épocas diferentes. Os estudos sobre o Estado Informacional estão em pleno curso: se por um lado facilita o entendimento e o acompanhamento por ser contemporâneo, por outro dificulta, considerando que, por vezes, a percepção da realidade fica ofuscada pela situação. Pode-se concluir que não há diferenças nas abordagens dos autores sobre o Estado Informacional. Observam-se conceitos semelhantes descritos com terminologias diferentes e visões que se complementam. Questões levantadas por Braman na conclusão do livro devem ser perseguidas, como a diminuição das assimetrias de informação, a igualdade de condições de acesso e a ampla disseminação da informação.

**Palavras-chave:** Estado; Informação; Pierre Bourdieu; Sandra Braman

### **1 Introdução**

A necessidade do Estado se conhecer e obter informação sobre si e sobre o cidadão remonta as primeiras cidades modernas. A proliferação dos serviços de informação naquelas cidades deve-se, em parte, a um efeito da divisão urbana do trabalho e a uma reação à crescente demanda por informação. As cidades começavam a produzir volumes crescentes de informação sobre si mesmas (BURKE, 2003). Havia os especialistas em diferentes tipos de comunicação oral, que se ocupavam, por exemplo, em ouvir conversas e colocar os mercadores em contato entre si, e em trazer notícias sobre navios que chegavam ao porto. As notícias oficiais se multiplicavam nas esquinas e portas de igrejas. Os nomes das ruas cada vez mais eram escritos e pintados nos muros das casas. Guias sobre as cidades, na forma de pessoas ou livros, se proliferavam nas ruas da Europa (BURKE, 2003).

Os próprios nativos das grandes cidades precisavam cada vez mais de orientação, de informações sobre lazer ou para encontrar mercadorias e serviços. A solução para o problema

eram cartazes fixados nos locais centrais das cidades, e tinham importante papel na vida urbana. “Eram diretamente controlados e os *afficheurs* portavam emblemas reveladores de seu status. As informações que afixavam iam desde a propaganda de charlatães, anúncios de cães perdidos e pregadores, até os decretos do Parlamento de Paris” (BURKE, 2003, p.70-71).

A presença do Estado na vida cotidiana dos cidadãos é bem maior do que se possa imaginar. Um dos poderes principais do Estado é o de produzir e impor (especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que se utiliza, espontaneamente, a todas as coisas do mundo e ao próprio Estado. Bourdieu (1991) explora em sua obra esta característica.

As práticas de outrora em busca da informação pelo Estado e pelo cidadão permanecem até aos dias atuais, mediadas pela crescente presença das tecnologias de comunicação e informação (TICs). Braman (2006) utiliza a metáfora do panótico<sup>1</sup> para representar o passado e do *panopticum* para ilustrar a possibilidade de o Estado controlar e vigiar as atividades do cidadão por meio das TICs.

O Estado tem sido objeto de estudo de muitos autores, pensadores, sociólogos como Max Weber, Drukhein, Hegel, Giddens entre outros, cada qual observando e refletindo sobre específicos aspectos do Estado relacionados à sociedade. Este artigo pretende abordar o conceito de Estado Informacional: o Estado cria e consome informação — quanto maior e mais complexo, maior sua necessidade de informação.

Para tanto, este artigo apresenta e discute as questões relativas ao estado informacional, abordado no capítulo 4 do livro de Pierre Bourdieu, denominado “*Espíritos do Estado*”, publicado em 1991 e no livro “*Change of State*” de Sandra Braman, publicado em 2006.

Dentre as premissas epistemológicas que orientam o trabalho de Bourdieu, pode-se citar: o conhecimento praxiológico; a noção de *habitus*; e o conceito de campo e de capital (ORTIZ, 1983). Para entendimento deste trabalho a discussão será circunscrita ao conceito de campo e de capital.

---

<sup>1</sup> O termo que se aplica para designar uma torre de observação no pátio central de uma prisão, manicômio, escola, hospital ou fábrica de forma que, aquele que estivesse sobre esta torre poderia observar todos os presos da cadeia (ou os funcionários, loucos, estudantes, etc.), tendo-os sob seu controle. É também utilizado na obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, para tratar da sociedade disciplinar, e pelos teóricos das novas tecnologias, como Pierre Lévy e Dwight Howard Rheingold, para designar o possível controle exercido pelos novos meios de informação sobre seus usuários. (WIKIPEDIA, 2012)

O foco de estudo de Sandra Braman<sup>2</sup> tem sido os efeitos em nível macro das tecnologias digitais e suas implicações sobre as políticas. Apresenta uma produção acadêmica considerável na área da Ciência da Informação e na Comunicação, em temas ligados à economia da informação, às políticas de informação e às tecnologias de informação e as mudanças ocorridas no Estado decorrentes da informação (BRAMAN, 2011).

O trabalho compara o ideário dos dois autores por meio da transcrição direta ou indireta com vistas à manutenção do pensamento original dos autores. O deslocamento da citação de seu contexto, algumas vezes, transversa as palavras originais. O trabalho almeja chamar a atenção para o tema, traçando um diálogo com os referidos autores, destacando e comentando pontos semelhantes, divergentes e complementares em suas abordagens tendo como cenário a Ciência da Informação.

O artigo, além da introdução, encontra-se dividido em três partes. A primeira parte apresenta a abordagem de Bourdieu sobre o estado informacional, expondo os conceitos de campo e capital. A segunda parte abordará a visão de Braman sobre o estado informacional, iniciando-se pelo conceito de informação seguindo-se das formas e fases do poder, formas de Estado e destacando algumas conclusões daquela autora. A terceira parte apresenta comentários e comparações entre os dois autores, mostrando semelhanças, diferenças e complementaridade. Seguem-se as considerações finais, que fecham o texto com algumas reflexões sobre a temática estudada.

## **2 A abordagem de Bourdieu**

O Estado me fez entrar nele obrigatoriamente, como fez com todos os outros, e me tornou dócil em relação a ele, o Estado, e fez de mim um homem estatizado, um homem regulamentado e registrado. (BOURDIEU, 1991, p. 92)

Pierre Bourdieu apresenta-se com um pensador profundamente original. Seus estudos sociológicos abrangem um extenso número de objetos, entre os quais podem ser destacados os estudos do poder, refletidos nos conceitos de campo e de capital, que serão tratados a seguir.

### **2.1 O conceito de campo**

Bourdieu define campo como o “...locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.” (ORTIZ, 1983,

---

<sup>2</sup> Sandra Braman é doutora pela *University of Minnesota* (1988) e, atualmente, professora de Comunicação da *University of Wisconsin-Milwaukee*.

p.19). É o espaço onde se manifestam as relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social, que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina este *quantum* de “capital social” (ORTIZ, 1983, p.21).

A estrutura social do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois polos opostos: os dominantes e os dominados. Os que ocupam o primeiro polo possuem o máximo de capital social e os do polo oposto se definem pela ausência ou raridade do capital social específico. No caso da ciência, o capital se refere à autoridade científica, a luta que se trava entre os agentes é uma disputa em torno da legitimidade da ciência. (ORTIZ, 1983).

O campo que motiva o interesse deste estudo é o campo estatal, do qual se passará a tratar em seguida.

### **2.1.1 O campo estatal**

Bourdieu cita o conceito de Weber sobre o Estado, que o define como “uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado”. Bourdieu acrescenta a este o conceito de simbólico, afirmando ser o Estado “um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 1996, p.97).

Destaca que:

Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na subjetividade, nas mentes, de esquemas de percepção e de pensamento. (BOURDIEU, 1996, p.97)

Desta forma o Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, a saber: capital de força física ou de instrumentos de coerção como o Exército e a Polícia; capital econômico; capital cultural, ou melhor, de informação e capital simbólico. O Estado se constitui como o detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre os seus detentores (BOURDIEU, 1996).

A concentração de diferentes tipos de capital (que vai junto com a construção de diversos campos correspondentes) leva, de fato à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital.

Embora o capital foco dessa pesquisa seja o informacional, será preciso abordar ainda o capital de força física e o capital simbólico para que haja uma compreensão do contexto do qual está se tratando, ou seja, o Estado.

### **2.1.2 O capital de força física**

O capital de força física caracteriza-se pela concentração das forças de coerção, separadas do mundo social. A violência física é aplicada por grupo especializado como o Exército e a Polícia, com mandato especial para este fim, claramente identificado pela sociedade, além de centralizado e especializado. Aos poucos fez desaparecer as tropas feudais, ameaçando diretamente a nobreza em seu monopólio estatutário da função guerreira (BOURDIEU, 1996).

No entanto, a concentração do capital de força física não atua isoladamente: apresenta-se intrinsecamente associado ao capital econômico, uma vez que passa pela instauração de um fisco eficiente. A cobrança de impostos pelo Estado surge no último decênio do século XII, vinculado ao crescimento das despesas de guerra. Aplica-se diretamente aos súditos, motivados pelos imperativos da defesa do território, de caráter obrigatório e regular, sem limite de tempo e aplicados direta e indiretamente a todos os grupos sociais (BOURDIEU, 1996).

Entretanto Bourdieu ressalta que a “questão da legitimidade do imposto não pode deixar de ser colocada”. No início, a cobrança do imposto apresenta-se como uma espécie de extorsão. Pouco a pouco se passa a ver no imposto um tributo necessário ao destinatário que transcende a pessoa do rei, isto é, um “corpo fictício” que é o Estado (BOURDIEU, 1996, p.102).

Bourdieu destaca que a “fraude fiscal existe ainda hoje para mostrar que a legitimidade do imposto não é dada”. Houve a necessidade de operacionalizar a arrecadação, ter uma hierarquia estabelecida e uma estrutura organizada para a coleta de impostos, que era mal gerida, e dava margem à sonegação, à fraude fiscal e à corrupção. Destacava-se neste período a necessidade de processos de gestão para controlar a arrecadação e instauração de procedimentos (BOURDIEU, 1996, p.101-103).

### **2.1.3 O capital simbólico**

A concentração das forças armadas e dos recursos financeiros necessários para mantê-las não funciona sem a concentração de um capital simbólico de reconhecimento, de legitimidade. É preciso que os agentes encarregados de cobrar o imposto e capazes de fazê-lo

(sem desviá-lo em proveito próprio), e os métodos de governo e de gestão que ele põe em ação — contabilidade, arquivos, julgamento das desavenças, procedimentos, controle dos procedimentos etc. — possam ser conhecidos e reconhecidos como legítimos, que sejam "facilmente identificados com a pessoa, a dignidade do poder", "que os guardas usem sua *libre*, sejam autorizados por seus emblemas, e justifiquem seus mandados em seu nome" (BOURDIEU, 1996, p.103).

Esta legitimação é conferida pelo capital simbólico. Trata-se de uma propriedade de qualquer tipo de capital — físico, econômico, cultural, social —, percebida pelos agentes sociais, cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. O Estado dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1996).

O capital simbólico de reconhecimento que outrora se apresentava por meio das honrarias aos pares e aos plebeus, afirmada e defendida pelo desafio e a proeza, pouco a pouco, deu lugar as honrarias atribuídas pelo Estado, como uma moeda fiduciária ou um título escolar, que tem valor em todos os mercados controlados pelo Estado (BOURDIEU, 1996).

Hoje, o capital simbólico do Estado se configura, por exemplo, por meio de honrarias como as comendas e medalhas, que instituições civis e militares, prefeituras, instâncias judiciárias entre outras, ofertam como reconhecimento e gratidão por serviços prestados por pessoas e organizações. No mercado não estatal, o reconhecimento ocorre por meio de premiações e de *rankings* a fim de confirmar o capital simbólico.

#### **2.1.4 O capital de informação**

A concentração do capital econômico manifesta-se vinculado à instauração de um fisco unificado, que acompanha a concentração do capital de informação, no qual, destaca Bourdieu, o capital cultural é uma dimensão. Pode-se perceber, desde muito cedo, ações do poder público para conhecer o estado dos recursos. Para tanto, o Estado realizava pesquisas tais como: a avaliação dos sargentos em 1194; a enumeração dos carretos e dos homens armados; uma lista de receitas e despesas, em 1221, que hoje pode ser considerada como um embrião do orçamento público. Bourdieu ressalta que:

O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista do todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de *totalização*, especialmente pelo recenseamento e pela *estatística ou pela contabilidade nacional*; pela **objetivação**, por meio da cartografia,



representação unitária do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de *codificação como unificação cognitiva* que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados. (BOURDIEU, 1996, p.105)

No entendimento de Bourdieu, a cultura é unificadora: o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao reunir todos os códigos - jurídico, linguístico, métrico - e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática (por exemplo, os formulários, os impressos etc.).

Por meio dos sistemas de classificação, o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensar que estão para o pensamento culto assim como as formas primitivas de classificação descritas por Durkheim e Mauss estão para o "pensamento selvagem", contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional — ou, em linguagem mais tradicional, o caráter nacional (BOURDIEU, 1996, p.105).

É, sobretudo, por meio da Escola, com a generalização da educação primária durante o século XIX, que se exerce a ação unificadora do Estado na questão da cultura, elemento fundamental da construção do Estado-nação (BOURDIEU, 1996) .

A exposição acima ratifica o título da seção em que Bourdieu discorre sobre os capitais. O Estado está presente no mais íntimo do nosso pensamento: encontra-se na escola, impõe-se na ortografia, define as normas, se estabelece na cultura, e em muito mais do que se possa imaginar. O Estado se institui ao mesmo tempo, nas coisas e nos espíritos, conferindo naturalidade a um arbitrário cultural (BOURDIEU, 1991).

A seguir será apresentada a abordagem de outra conceituada autora, Sandra Braman, sobre o estado informacional.

### **3 A abordagem de Braman**

Braman dedicou parte de seus estudos à análise do Estado como provedor e consumidor de informação. Escreveu o livro *Change of State* , em 2006, em que dedica o capítulo 2 ao estudo do estado informacional. Inicia o capítulo afirmando que o estado informacional se distingue do estado burocrático e de outros tipos de organizações políticas pela ênfase no uso do poder informacional. Para tanto discorre sobre a definição de informação e suas tipologias, chamando atenção que devem ser consideradas as características de cada uma para determinar a definição mais apropriada. Diferencia o poder informacional de outras formas de poder.

### 3.1 Definição de informação

A autora inicia o capítulo definindo informação em seis categorias, descritas a seguir, e as relaciona de acordo com algumas características: complexidade, escopo e escala, e poder.

- Informação como recurso – a informação é definida como um recurso que uma entidade — pessoas, organizações — precisa ter para funcionar; quando é fonte para a tomada de decisão, produção ou processo burocrático.
- Informação como *commodity* – a informação é algo que se pode comprar ou vender.
- Informação como percepção de um padrão (conhecimento) – destaca a informação como base para a inovação, uma movimentação na estrutura social ou com a introdução de uma nova tecnologia.
- Informação como agente – é a informação contida nos sistemas e nas máquinas para a tomada de decisão. Os *softwares* servem como agentes inteligentes, capazes de agir autonomamente para reparar o sistema. Cita, como exemplo, o termostato e a automação de uma linha de produção, em que a tomada de decisão, previamente programada, passa das mãos dos homens à ação das máquinas.
- Informação como recipiente de possibilidades – informação em formato estatístico, para que seja gerenciável e aceitável. Apresenta um paradoxo: enquanto o mundo é descrito qualitativamente, existe uma crença na precisão. Mesmo que a capacidade de descrição quantitativa aumente, ainda assim é impossível ser completamente exato. Pode-se exemplificar com um sistema de *data mining*.
- Informação como força constitutiva de uma sociedade – a informação vem para mudar o contexto por meio dos efeitos cumulativos de numerosos fluxos e ações que afetam o ambiente.

Braman destaca que existem múltiplas percepções sobre uma mesma questão. Deve-se sempre considerar as características e o contexto para determinar a definição mais apropriada. No entanto, chama atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que estas múltiplas percepções ajudam a determinar a definição mais apropriada, e usar as demais como complementares, a tipologia proposta simplifica demais o que não está assim tão claro.

### **3.2 As formas de poder**

O estudo do poder é antigo, complexo e vem sendo estudado há décadas pelos cientistas políticos, tipicamente em três formas — instrumental, estrutural e simbólico. Contudo, a informatização da sociedade tem chamado a atenção e aumentado a importância de uma quarta forma de poder: o informacional (BRAMAN, 2006, 2009).

Por poder instrumental entende-se aquele que modela o comportamento humano pela manipulação do mundo material com força física. É a mais antiga e familiar forma de poder, exercido através do uso de armas pelos militares e por outros grupos. A autora cita Karl Marx, na clássica descrição de Estado, como uma entidade política que exerce o controle físico sobre um específico espaço geográfico. A política de informação está intimamente ligada ao poder instrumental quando programas governamentais são fundidos tendo como objetivo o desenvolvimento de tipos particulares de informação, por exemplo, na ocasião em que os sistemas de vigilância são colocados para suportar operações militares. A autora ilustra o texto com a situação da interconexão das redes de telecomunicações durante a Primeira Guerra Mundial, em que haviam diferentes operadoras atuando sem interagirem, e o governo teve que nacionalizá-las durante aquele período para que houvesse conexão e rapidez em benefício da sociedade (BRAMAN, 2006, 2009).

Para Braman, o poder estrutural altera o comportamento humano pela manipulação do mundo social com regras e instituições. Leis, tratados, estrutura governamental, e política processual são formas que o Estado utiliza para exercer seu poder estrutural. Categorias aplicadas para pessoas pelas estatísticas são um exemplo da política de informação usada no exercício do poder estrutural em escala mundial, ao classificarem as pessoas por cor, raça, religião, gênero, entre outras, distinguindo-as (BRAMAN, 2006, 2009).

O poder simbólico adapta o comportamento humano pela manipulação do mundo simbólico, material e social com ideias, palavras, e imagens. Fora do Estado, refere-se à propaganda e a diplomacia pública. Internamente manifesta-se por meio de campanhas, formação de opinião pública, e através do sistema educacional. Outros exemplos de política de informação envolvendo o poder simbólico surgem no discurso. Em certos Estados, a política de linguagem requer ou proíbe o uso de certas terminologias uma vez que a linguagem é um símbolo por meio do qual as pessoas veem o mundo (BRAMAN, 2006, 2009).

Uma vez explicitada as formas de poder tradicionais, descreve-se em seguida o poder informacional, acrescido da ilustração de novas técnicas de poder que se tem tornado

possíveis por meio da informação. O poder informacional molda o comportamento humano de duas formas: pela manipulação da base informacional do poder instrumental, estrutural e simbólico; e pela possibilidade de novas ferramentas de exercício do poder. O poder informacional domina as outras formas de poder, muda a forma de exercê-los e afeta a natureza de suas consequências. Exemplifica citando as armas como mísseis e os VAnts (veículos aéreos não tripulados), utilizados sem intervenção humana, como efeitos do poder informacional sobre o instrumental; a habilidade de monitores que vigiam o uso de direitos autorais como efeitos do poder informacional sobre o estrutural; a habilidade das mensagens feitas sob medida, customizadas, para aqueles que estão surfando na internet como efeitos do poder informacional sobre o simbólico; manipulação de dados em bases de dados utilizadas para a tomada de decisão para direcionar alvos, como os sistemas de data mining (BRAMAN, 2006, 2009).

Cabe destacar que o relacionamento entre as formas de poder caracteriza-se por serem usualmente interdependentes, frequentemente concomitantes, e podem ser cumulativas. O uso de cada tipo de poder pode afetar o ambiente em que cada forma existe ou deve existir e, em muitos casos, o aumento do uso de uma forma de poder é acompanhada pelo decréscimo de outras formas.

Além das tipologias da informação e das formas de poder, Braman também destaca a influência das fases do poder na política de informação, que serão tratadas a seguir.

### **3.3 Fases do poder**

Os cientistas políticos também têm distinguido o poder em fases - atual e potencial, mas as tecnologias digitais demandaram um novo poder — o poder virtual — tão importante quanto os anteriores.

O poder na fase atual é quando ele é exercido: quando as leis são implementadas, quando as campanhas de propaganda afetam as eleições, quando os sistemas de *data mining* identificam terroristas. O poder na fase potencial é o poder que é exigido, mas não faz parte do momento atual. Este se torna atual somente através de específicas práticas e funções para informação, requeridos para o processamento, distribuição e uso da informação (BRAMAN, 2006, 2009).

Já o poder na fase virtual inclui técnicas que não são correntes, mas que podem ser adquiridas usando recursos e conhecimento. O conhecimento torna-se tão central para o poder nesta fase virtual que cada expansão da base de conhecimento de um estado-nação causa, concomitantemente, um crescimento no poder desta fase. Pode-se ilustrar pelo

acompanhamento de fases de uma pesquisa científica, em áreas de segurança e interesses nacionais, de técnicas ou invenções que ainda estejam em construção. O poder na fase virtual é tão importante para a competitividade nacional e para a segurança nacional no século XXI, que a pesquisa e o desenvolvimento são considerados, neste momento, recursos chave para o estado informacional. (BRAMAN, 2006, 2009)

A interpretação da validade das exigências para o poder nas fases potencial e virtual é dificultada pelo que os cientistas políticos chamam de capacidade. O conceito de capacidade refere-se aos recursos financeiros, o conhecimento de como usar estes recursos, vontade política, integridade, soberania, estabilidade do controle administrativo, lealdade e habilidades entre os atores, infraestrutura, e base industrial que para que os recursos e as técnicas do poder potencial e virtual sejam usadas. A política de informação afeta a capacidade do Estado (BRAMAN, 2006, 2009).

### **3.4 As formas de Estado**

Braman discorre sobre as formas de Estado, desde a Grécia antiga até os dias atuais caracterizando-as e relacionando-as a cada forma de poder vigente. Um número variado de formas políticas e de governança tem surgido desde aquele tempo. A emergência do estado informacional ocorre a partir de uma longa história destas sucessivas formas de poder (BRAMAN, 2006, 2009).

O estado burocrático e a nação cultural tiveram histórias separadas. Algumas nações estão dispersas em muitos estados e é comum estados que tenham mais que uma nação. O esforço de juntá-los em estado-nação é uma característica da modernidade. Culturalmente definida, a nação é especializada em poder simbólico; burocraticamente definido, o Estado faz grande uso do poder estrutural; hoje o estado informacional desenvolve técnicas do poder informacional, e todas as entidades geopolíticas usam o poder instrumental, como e quando é possível. Estes tipos raramente aparecem de uma forma pura. A tipologia aqui tratada apresenta relativa ênfase no uso do poder por cada forma de estado.

As nações são limitadas por características culturais como a linguagem. O indivíduo torna-se um membro da sociedade através das várias combinações de herança genética e prática cultural. As nações encontram grande força no poder simbólico.

Os estados são definidos em termos de características de suas organizações burocráticas, mais do que em termos culturais. Sua maior força está no exercício do poder estrutural. O Estado são organizações que exercem seu controle pelo desenvolvimento de instituições, regras, e regulamentos baseados em uma lógica racional. A elaboração de

colecção de informação elaborada e sistemas de processos são necessários para seu exercício do poder estrutural.

O moderno estado-nação representa um esforço para combinar os modos cultural e burocrático na organização da sociedade. Existe uma variedade de tipos de relações possíveis entre os dois modelos e a mesma política de informação pode ser usada para servir a diferentes fins em diferentes estados. Como exemplo, a autora cita como o serviço público de radiodifusão serve ao estado burocrático na Inglaterra, mas na Irlanda serve às necessidades culturais da nação.

O estado informacional é caracterizado pelas múltiplas interdependências com outros estados e não estados de forma que requer largamente o uso de infraestrutura global de informação para a criação, uso, fluxo e uso da informação. O estado informacional usa o controle sobre a informação para produzir e reproduzir o poder e conquistar áreas de influência autônoma no ambiente em rede. A visão temporal do estado informacional é transformacional, e melhor descrita por meio dos sistemas adaptativos complexos. Complexidade, auto-reflexividade e mudanças são suas características-chave. Os limites são móveis, permeáveis e mais acentuadamente definidos em termos de alcance informacional do que espaço geográfico. O estado informacional é especializado no uso do poder informacional.

### **3.5 Conclusões de Braman sobre o estado informacional**

Braman finaliza o livro com algumas percepções muito coerentes sobre contexto da política de informação norte-americana. Cabe destacar algumas que chamaram mais atenção nos parágrafos que se seguem.

Uma delas refere-se ao conhecimento do Estado sobre o indivíduo e que a recíproca não é verdadeira. Afirma que o estado informacional conhece cada vez mais sobre os indivíduos, enquanto os indivíduos sabem cada vez menos sobre o Estado. É preciso aumentar esta simetria, embora esta absoluta simetria ou completa transparência, em ambas as direções, seja difícil acontecer. Com o estado informacional, a capacidade de o Estado obter e processar informação sobre seus cidadãos, e sobre os recursos e atividades é crescente. Por outro lado, a habilidade do cidadão aprender sobre o governo está declinando.

A vigilância sobre o indivíduo também sofre as ações das tecnologias da informação e da comunicação. No estado informacional o antigo “panóptico” (já explicado na introdução) é substituído pelo “*panspectron*” para vigiar eletronicamente os indivíduos, a qualquer tempo, lugar, por múltiplas formas. As câmeras e os sistemas de identificação e rastreamento estão

em toda a parte: nos transportes urbanos, nas ruas das metrópoles, nos estabelecimentos comerciais, nas escolas, entre tantos outros ambientes urbanos.

Outra questão de interesse da autora são as fronteiras. No passado, as fronteiras geopolíticas eram frequentemente contestadas, mas havia a clareza de seus limites. No estado informacional, particularmente no mundo globalizado, as fronteiras não se limitam mais aos aspectos geopolíticos, e consideram também critérios culturais, econômicos e sociais, além de abrangerem entidades diversas.

#### **4 Semelhanças, diferenças e complementaridade entre os autores: Bourdieu e Braman**

Não é fácil a tarefa de analisar em algumas páginas a obra de pensadores como Pierre Bourdieu e Sandra Braman, que se dedicaram profundamente a estudar o Estado em suas múltiplas características e singularidades. Embora tenham sido contemporâneos (Bourdieu faleceu em 2002), os autores contextualizam seus estudos em estados diferentes: Bourdieu, no contexto europeu pós Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, e Braman, no contexto norte-americano, em plena guerra ao terrorismo, desencadeada após o atentado de 11 de setembro.

Bourdieu é um autor, pensador contemporâneo, que discute e revela suas reflexões sobre os capitais do Estado, abordando o conceito de campo para demarcar fronteiras entre áreas, relacionando-o com estes capitais. Trouxe à tona ricas contribuições para o entendimento de questões anteriormente discutidas por Max Weber e Norberto Bobbio, acrescentando novas reflexões ao tema.

Braman apresenta estudos mais recentes sobre o Estado, associados à questão da informação, e expõe novas percepções baseadas nas observações sobre essa realidade. Aponta tendências e cenários para o estado informacional. Bourdieu discorreu sobre o estado informacional, mas não se preocupou em apontá-los.

Braman chama de poder o que Bourdieu chama de capital. Pode-se traçar um paralelo entre o capital de força física e o poder instrumental; entre o capital simbólico e o poder simbólico; entre o capital informacional e o poder informacional. Não ficou claro no texto de Bourdieu uma correlação como o poder estrutural de Braman, nem no texto de Braman uma correlação com o capital social abordado por Bourdieu.

Braman leva em consideração, e não poderia deixar de fazê-lo, as TICs como um diferencial que modifica as relações na sociedade, traçando uma análise contemporânea e um cenário proposto para um futuro próximo. O texto de Bourdieu foi escrito anteriormente a esse movimento tecnológico, não sendo possível compará-los.

## 5 Considerações Finais

Os estudos sobre o Estado Informacional estão em pleno curso. Se por um lado facilita o entendimento e o acompanhamento por ser contemporâneo, por outro dificulta, considerando que, por vezes, a percepção da realidade fica ofuscada pela situação. É desejável um afastamento temporal para que a percepção flua com maior clareza.

Os resultados das tendências apontados por Braman devem incorporar a contextualização em outros estados. Estudos adicionais devem ser realizados a fim de confirmar ou refutar os cenários apontados.

No Brasil, o conhecimento das informações públicas sobre o estado brasileiro e sobre o cidadão tende a aumentar, a partir da efetividade da Lei de Acesso à Informação, recém-aprovada pelo Congresso Nacional. Está-se iniciando um processo de democratização do acesso à informação, coma disponibilização de informações para a sociedade brasileira. Há muito que se fazer. É preciso acompanhar o processo de implementação da Lei de Acesso nas organizações públicas brasileiras, a fim de entender se haverá o pleno exercício da cidadania pela população.

Pode-se concluir que não há diferenças nas abordagens dos autores sobre o Estado Informacional. Observam-se conceitos semelhantes descritos com terminologias diferentes e visões que se complementam.

Questões levantadas por Braman na conclusão do livro devem ser perseguidas, como a diminuição das assimetrias de informação, a igualdade de condições de acesso e a ampla disseminação da informação.

**Abstract:** This article discusses issues relating to the State Informational addressed in chapter 4 of Pierre Bourdieu's book called "Spirits of the State," and in the book "Change of State" Sandra Braman. The paper compares the ideas of both authors through transcription directly or indirectly in order to maintain the original thinking of the authors. The article aims to draw attention to the issue, drawing a dialogue with these authors, highlighting and commenting on similar points, divergent and complementary approaches of these authors, against the backdrop of the Information Science. Bourdieu's approach exposes the concepts of area and capital, that of Brahman highlights the concept of information, forms and phases of power, and state forms. The author of the article states that the task is not easy to analyze in some pages the work of thinkers such as Pierre Bourdieu and Sandra Braman, who was deeply devoted to studying the state in its multiple features and peculiarities. Although they were contemporaries, the authors contextualize their studies in states and different times. Studies on the Informational State are in full swing: on the one hand facilitates the understanding and monitoring to be contemporary, on the other difficult, considering that sometimes the perception of reality is overshadowed by the situation. It can be concluded that no differences



in the approaches of the authors of the State Informational. We observed similar concepts described with different terminology and visions that are complementary. Issues raised by Braman at the conclusion of the book should be pursued, such as the reduction of information asymmetries, equal conditions of access and wide dissemination of information.

**Key-words:** State; Information; Pierre Bourdieu; Sandra Braman

### **Referências**

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. IN: \_\_\_\_.

**Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP; Papyrus, 1996. p. 91-135.

BRAMAN, Sandra. **Change of state:** Information, policy, and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. 536p.

BRAMAN, Sandra. **Information policy and the information regime:** critical review of analytical frameworks and concepts. Rio de Janeiro, IBICT, 2009. Versão preliminar para uso na disciplina “Seminários Interdisciplinares em Informação e Conhecimento”

BRAMAN, Sandra. Site da autora. Disponível em:

<https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/>. Acesso em : 06 jul. 2012.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PAN-ÓPTICO. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-%C3%B3ptico>>. Acesso em: 06 jul 2012.